

DESEJO EM DESCARTES VONTADE, ERRO E GENEROSIDADE

Prof. Kelber Silvio Rios Carneiro

Professor, Graduado em Filosofia pela UFBA. Pós-Graduação em Psicologia Organizacional pela UNIFACS. Aluno especial do Mestrado de Filosofia da UFBA

A proposta desse trabalho tem por meta mostrar que a vontade em descompasso com o entendimento gera o erro, e que a generosidade se apresenta como mediação para que ocorra a superação. A vontade fustigada pelo desejo, cai na questão do narcisismo, perturbando-se na vaidade, na soberba, perdendo-se no desequilíbrio de suas forças, atuando de modo enganador.

A generosidade é apresentada por Descartes como despertadora do real valor do eu e ao mesmo tempo como mediadora para que a vontade se disponha a aceitar o concurso do entendimento, acabando assim a causa do erro. Portanto, a Generosidade passa a ser um conceito de mediação entre a Vontade e o Entendimento na arquitetura do pensamento de Descartes, encontrado principalmente em suas obras *Tratado das Paixões e Princípios de Filosofia*.

O estudo dessa problemática pretende, além de mostrar que Descartes, antes de pensar num "organon" que possibilite pensar com correção, estava preocupado em dar uma ordem na realização do espírito humano que fosse certo e conseqüente.

A vontade é para Descartes condição essencial do bom êxito da inteligência, visto que ele concebe o espírito humano como atividade espontânea e livre. Considerando isso, faz-se produtivo a recuperação dessa questão, levando em conta que filosofar consiste na busca da sabedoria, exercício que reclama do "eu" esforço da vontade aliada ao entendimento na conquista da verdade e do bem.

Desse modo, o "eu" tem na vontade o elemento ativo; a sua tarefa consiste em rejeitar as noções falsas e confusas que a inteligência recebe do sentidos e da imaginação, bem como fixar a inteligência nas idéias verdadeiras e operar a construção da ciência por meio dos juízos e raciocínios rigorosamente de conformidade com o método.

As faculdades da vontade e do entendimento são modos distintos de operação da alma. Desse modo, os erros decorrem da ignorância do "eu" a respeito de sua própria natureza e do seu modo de ser, ou seja, manifestar-se como inteligência enquanto intelecção e volição ao mesmo tempo. A rigor, a distinção que se faz quanto as operações do entendimento e da vontade tem por finalidade, o aspecto formal, não essencial. É a alma que manifesta pelo pensar a sua essência inteligente nos modos da vontade e do entendimento, sem que isso represente faculdades independentes entre si. A alma é ao mesmo tempo vontade e entendimento, ora ativa ora passiva. Esse é seu jeito de ser.

Um exame mais detido leva a reconhecer a importância da vontade no sistema cartesiano. É forçoso convir, segundo o pensamento de Descartes, que a vontade desempenha um papel fundamental na atividade do espírito humano. O método cartesiano é uma prova cabal da presença determinante da vontade, pois, ele é uma realização dela. Há sentido em afirmar que tudo depende da vontade; toda a realização do "eu" nos campos intelectual, moral e artístico é produzido através da vontade. É preciso uma contínua manifestação da vontade para evitar a interferência de elementos perturbadores na atividade do "eu". Isso pela simples razão: o "eu" não é um "autômato intelectual". Portanto, não se concebe o "eu" como capaz de seguir imperturbável e indefinidamente na conquista do conhecimento ou de qualquer outra coisa. Para que o "eu" assuma a tarefa do filosofar, precisa manter uma firme e constante resolução, refletindo sobre os perigos e armadilhas da ignorância, evitando enredar-se ou cair no erro. Daí, a necessidade da prudência em matéria de conhecimento para não se assumir por verdadeiro o que venha a ser falso. Desse modo, o "eu" deve evitar

cuidadosamente a precipitação e a prevenção. Haja vista que a harmonia entre a vontade e o entendimento passa a ser o que de mais grandioso pode alcançar o espírito humano. Segundo Descartes, em *Princípios de Filosofia*, como se segue, isto é possível naquele que já produziu essa harmonização. *Porque aquele que possui a vontade firme e confiante de usar sempre a razão o melhor que lhe é possível, e praticar nas suas ações o que julga ser o melhor, é verdadeiramente sábio, tanto quanto a sua natureza permite que o seja.* (P. Filosofia: 22-23).

O “eu” se constitui das faculdades de vontade e entendimento para realizar suas atividades inteligentes. No entanto, essas faculdades não se apresentam iguais em potência nem em extensão. A vontade detém o horizonte infinito para operar, enquanto o entendimento tem o espaço limitado, pois, a ele compete conhecer de modo relativo e finito aquilo que Deus disponibilizou como sendo devido às suas criaturas. A vontade é o cerne da atuação do “eu”, expressando toda liberdade na manifestação volitiva. Isso atesta ser o erro um processo da vontade. Consiste em afirmar no juízo — um ato de vontade — mais do que aquilo que o entendimento permite. Com efeito, julgar antes que o entendimento tenha alcançado a evidência. Isso decorre de algumas causas, como: da exagerada confiança que o “eu” deposita em si mesmo; o “eu” agindo sem método; a vaidade do “eu” que julga indigno confessar que ignora qualquer coisa, preferindo enfeitar seus falsos argumentos, de tal sorte que ele mesmo acaba por convencer-se da sua verdade; a leviandade do “eu” que se põe a examinar certos problemas, sem antes indagar pelos sinais que lhes permita reconhecer o que procura, caso o encontre. Essas são as razões derivadas da indisciplina do pensamento em virtude do “eu” estar aplicando irresponsavelmente a vontade, gerando desordem e esterilidade na sua própria vida. Por fim, a prevenção é outra causa de mais erro que a precipitação. A prevenção é a obstrução do “eu” por preconceitos adquiridos na infância, período em que ele está mais sujeito as influências antes de sua inteligência estar apta à críticas. Aqui é preciso levar em conta, principalmente, as impressões sobre a afetividade e aos erros dos sentidos. A imaginação trabalha livremente desde esse período, requerendo do “eu”, na idade adulta, um esforço de vontade para se libertar desse estado e começar a submeter tudo a uma investigação crítica. Levando em conta essa forma de conduta, o “eu”, ousadamente, toma a liberdade de afirmar coisas que desconhece completamente, comprometendo seu julgamento a tal respeito. Diz Descartes: *Que a vontade tem mais extensão que o entendimento e que daí resultam os nossos erros. (...) o entendimento aplica-se só aos raros objetos que se lhe apresentam, o seu conhecimento é sempre muito limitado.* (P. Filosofia: 81)

É exatamente essa condição de ilimitado poder que faz a vontade ser por excelência o campo de manifestação do livre-arbítrio, onde a liberdade descortina os horizontes infinitos de atuação do “eu”. A amplitude da vontade ante o reduzido campo de manifestação do entendimento, é que explica a existência do erro, como resultado da precipitação e da prevenção. Essas duas formas abusivas resultam da operação do “eu” na ação da vontade: a primeira é a aceitação e afirmação, em juízos, da conveniência entre duas idéias a respeito das quais não tem idéia clara e distinta; a segunda é o assentimento de idéias também obscuras que deriva da educação ou dos maus hábitos da infância. Assim, a vontade pode agir, sejam claras ou confusas as idéias que constituem a matéria da sua deliberação. A vontade se apresenta absoluta. Em razão disso, o “eu” experimenta o sentimento de perfeição, conforme lembra Descartes: *Que a principal perfeição do homem é ter um livre – arbítrio e que é isso o que o torna digno de louvor ou censura.* (P. Filosofia: 81)

É importante destacar que essa aparente discrepância entre a vontade e o entendimento leva o “eu” a cometer erros. Isso decorreria em razão de defeito estrutural do ser ou esses erros teriam sua causa no uso da liberdade? O “eu” ao fazer pela introspecção o exame de suas faculdades, verifica que sobre um número infinito de coisas desconhece, ou não entende; o mesmo ocorre quando o “eu” consulta a memória ou a imaginação e percebe que não pode recordar ou imaginar todo o passado. No entanto, o “eu” sente que pode tudo, e é isso que lhe possibilita duvidar e querer saber da verdade. Isso é prova de liberdade. De fato, assevera Descartes: *Que os nossos erros são defeitos da nossa maneira de agir, mas*

não da nossa natureza; e que as faltas dos sujeitos podem ser muitas vezes atribuídas aos outros mestres, mas não a Deus. (P. Filosofia: 82).

O problema que implica o surgimento do erro se apresenta aparentemente ambíguo, pois o "eu" não deseja cometê-lo, no entanto, através da atuação da vontade, surge o erro. Isso implica que o erro se introduz nos juízos, mesmo não querendo que isso aconteça. O "eu" se caracteriza pelo caráter ilimitado de poder que tem para querer, mesmo que esse querer de fato não alcance o êxito desejado, pela falta de conhecimento verdadeiro, visto que o erro surge pela recusa ou pela indiferença que o "eu" manifesta para com o entendimento e tudo que dele venha. Isso faz com que o "eu" se permita dar seu sim ou seu não a coisas que desconheça. No entender de Descartes: *É necessário, porém, notar que existe grande diferença entre querer ser enganado e querer dar o seu consentimento a opiniões que são causa de algumas vezes nos enganarmos.* (P. Filosofia:85).

O problema se apresenta em virtude da vontade se sentir toda poderosa, caindo na soberba. Daí agir com falta de critério, julgando, escolhendo, aleatoriamente, não se dando conta da carência de conhecimento específico naquilo que está dizendo sim ou não. Com efeito, pensa Descartes, que é próprio do "eu" concordar ou discordar de qualquer coisa, mesmo não a conhecendo. *Porque, embora não haja ninguém que pretenda iludir-nos expressamente, não se encontra um só homem que não queira dar seu consentimento a coisas que não conhece distintamente.* (P. Filosofia: 85)

A solução para equacionar esse desliz do "eu" na aplicação unilateral da vontade, deixando a margem o entendimento, requer uma mudança de postura de sua parte. Dito de outro modo, o "eu" precisaria se despertar, tomar conhecimento de que ele é tanto vontade como entendimento. Na verdade, o "eu" é a alma, suas faculdades não são distintas, mas modos diferentes de ação do mesmo ser, da mesma substância. A vontade é o modo ativo da alma, isto é ação, enquanto o entendimento é o modo passivo, receptivo, que depende, inclusive da vontade para exercer sua tarefa. É de nota na passagem seguinte, a proeminência da vontade no pensamento de Descartes como expressando sua forma de conceber a natureza da alma, afirma: *Que só há em nós duas espécies de pensamento, ou seja, a percepção do entendimento e a ação da vontade.* (P. Filosofia: 79.)

A generosidade como elemento de mediação contém em si as condições de reconhecimento do real valor do "eu", fazendo-o estimar-se a si mesmo sem desmerecer aos outros. Esse real valor merecedor de estima é o livre-arbítrio, cuja potência manifestante é a liberdade. A generosidade atua exatamente dando dignidade a liberdade do "eu" desde que sua ação pela vontade encontre no entendimento conhecimento verdadeiro a respeito do que pretende como meta.

A generosidade é mediação por duas razões: primeiro por ser esforço de vontade para empreender e executar tudo o que for julgado o melhor; segundo por ser conhecimento de que nada pertence verdadeiramente ao "eu", senão essa livre disposição de sua vontade e de que unicamente pelo bom ou mau uso dessa vontade, deve ele ser aclamado ou condenado.

A generosidade geraria a consciência do sentimento e do conhecimento de sabedoria no "eu", produzindo um estado de espírito tal que a vontade se constituiria doravante de firmeza e confiança para usar o entendimento o melhor que lhe seja possível, e realizar em todas as suas ações o que julgar ser o melhor.

A generosidade expressa uma forma da liberdade e do esforço da vontade empenhados na busca da verdade. O aspecto intelectual da generosidade se mostra como conhecimento da verdadeira razão pela qual o "eu" deve estimar-se ou desprezar-se; o aspecto prático se apresenta no bem usar este conhecimento. Destarte, a verdadeira razão consiste na consciência que o "eu" tem da sua liberdade e no bom uso desse conhecimento reside o elevado governo de seus sentimentos e paixões, conforme a apreciação de seu valor para si mesmo.

O "eu" desperto experimenta a necessidade imediata de ter consigo a posse da generosidade, visto ter sido ela que lhe descortinou os horizontes do bem e da verdade. A generosidade é expressão pura da liberdade e da força da vontade em busca da verdade do bem e do bem da verdade. É isso que faz a harmonia entre as duas faculdades. O

conhecimento da natureza humana é fator de suma importância para a prática da vida. E é ainda a generosidade que inspira os atos de desinteresse e boa vontade ao "eu", que por sua vez passa a valorizar o código social da cortesia e das boas maneiras. Daí que estimar ou desprezar, expressa estados de consciência de maior significação para o "eu", visto que o sentimento que ele possui a respeito de seu valor ou de sua miséria constitui o fator mais importante da sua vida moral. O critério da sabedoria aplicado a esse problema, é solução primordial para a vida do espírito. Saber qual o verdadeiro valor do "eu" é decisivo para a felicidade que se busca. Portanto, é a generosidade que garante ao "eu" as condições para se formular esse juízo de valor sobre si mesmo. A virtude é o remédio geral das paixões porque é o empenho de bem pensar e a vontade deliberada de pôr em prática o resultado desse empenho. Em especial a generosidade atua exprimindo o comportamento do "eu" que só por si é corretiva de todos os excessos das paixões. Portanto, conhecer e sentir que a liberdade é o maior bem e estar sempre deliberado no propósito de bem usá-lo é, de fato, estabelecer o equilíbrio das paixões que consiste o ideal da moral. Desse modo, a generosidade é a paixão liberdade, isto é, um estado de consciência que se refere ao conhecimento do que há no "eu" de mais nobre e de mais divino. Ainda no *Tratado das Paixões*, Descartes expressa esse pensamento dizendo que o "eu" deve *em seguida adquirir a virtude da generosidade, sendo esta como que a chave de todas as outras virtudes e um remédio geral contra todos os desregramentos das paixões; parece-me que tal consideração bem merece ser observada.* (T. Paixões: 219 – 220).

A generosidade é o critério fundante do sentimento de valor no "eu" e é isso que permitirá a vontade não permanecer na soberba, mas experimentando a humildade em reconhecer no entendimento o valioso concurso das idéias claras e distintas, fazendo luz nos juízos que emitirão sobre as coisas, situações e pessoas.

A generosidade como uma forma de sabedoria exerce a condição de mediação entre virtude (vontade) e conhecimento (entendimento). A generosidade é o conhecimento da resposta a uma das mais importantes questões que o "eu" pode propor-se, a saber: por que deve ele estimar-se ou desprezar-se? A resposta é pela felicidade que se dá pelo conhecimento da verdade, isto é, da sabedoria. Portanto é a mediação efetiva entre a vontade e o entendimento, pois, o "eu" alcança o grau máximo da sabedoria, isto é, a ciência da moral.

A generosidade respondendo ao "eu" porque deve ele se estimar ou se censurar, ou seja, de acordo com o bom ou mau uso da liberdade, garante a harmonia de consciência. Isso implica domínio sobre si mesmo, o que significa que o "eu" domina suas atividades, ou seja, harmonizou as manifestações da vontade e o do entendimento.

A generosidade gera a verdadeira razão para o "eu", isto é, a consciência da sua liberdade e o bom uso desse conhecimento é o superior governo de seus sentimentos e paixões, conforme a apreciação que venha fazer a respeito de seu valor por si mesmo.

A generosidade é por excelência o sentimento justo ou legítimo do "eu" sobre o seu valor. Com isso o conhecimento claro e distinto está em perfeita união com a importância da vontade e do livre-arbítrio no "eu", harmonizado com o sentimento ou paixão que acompanham esse conhecimento quando o "eu" se refere ao seu próprio valor.

A generosidade apresenta-se como a estima do próprio "eu" com o conhecimento das verdadeiras razões. Desse modo, as verdadeiras razões dessa estima são a consciência que o "eu" passa a ter do livre-arbítrio como sendo sua maior perfeição e o domínio que também passa a ter sobre a vontade para deliberar seu uso. A esse respeito, Descartes, na obra *Tratado das Paixões*, afirma: *de nunca carecer de vontade para empreender e executar todas as coisas que julgue serem as melhores, o que é seguir perfeitamente a virtude.*¹

Desse modo, a generosidade dota o "eu" de recursos para modificar o quadro vicioso em que se encontra. Com isso, passa a atuar na correção dos desregramentos das paixões que perturba a manifestação da vontade. O "eu" assumindo o controle sobre o desejo, graças a generosidade, de fato, governa as molas propulsoras de quase toda a sua vida emocional, pois, isso lhe permite conhecer bem claramente e considerar com atenção a bondade do que se deve desejar. O desejo é para Descartes uma paixão dinâmica, visto

¹ René Descartes. *Tratado das Paixões da Alma*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.215

que é por seu intermédio que as outras quatro paixões fundamentais: o amor, o ódio, a alegria e a tristeza podem se manifestar. Muito se erra em matéria de desejo, por não se distinguir claramente as coisas que dependem inteiramente do "eu" e as que não dependem. O desejo esclarecido é o que possibilita o "eu" a desejar apenas aquilo que depende do seu livre-arbítrio. Para Descartes a moral² tem por utilidade reger o desejo. A generosidade desempenha o papel de purificadora e guia do desejo. O "eu", ao se beneficiar das propriedades curativas da generosidade, torna-se senhor de si. É exatamente com a generosidade que o "eu" adquire consciência da liberdade e assume a resolução de aplicá-la o melhor possível. Portanto, a consciência que o "eu" conquista graças à generosidade, faculta-lhe lucidez quanto ao seu valor como faculdade racional e livre, competência para eliminar o desejo das coisas que não depende dele, inclusive aqueles que se manifestam sob a forma aguda do ciúme e da inveja. A generosidade como elemento de equilíbrio moral, de medida no sentido de oferecer ao "eu" esse critério seguro para julgar-se a si mesmo, quer em relação aos outros, quer a respeito de suas próprias possibilidades de ação, garante a manifestação da prudência para dispor das paixões e aplicá-las corretamente, tendo em vista sua harmonia emocional. Exemplo disso, pode-se verificar em Descartes, no *Tratado das Paixões*, a demonstração dessa prudência: *E com isso são inteiramente senhores de suas paixões, particularmente dos desejos, do ciúme e da inveja, porque não há coisa cuja aquisição dependa deles que julguem valer bastante para ser muito desejada.* (T. Paixões: 216).

BIBLIOGRAFIA

DESCARTES, René. *Princípios da Filosofia*. Lisboa: Guimarães Editores, 1989.

DESCARTES, René. *As Paixões da Alma*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DESCARTES. *Regras para a Orientação do Espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DESCARTES. *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

² Descartes considera a moral como sendo o mais alto e mais perfeito grau de sabedoria. Prefácio *Princípios de Filosofia*. Lisboa: Guimarães Editores, 1989, p.42